

Meio Ambiente e Sustentabilidade

CO - 55114

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

Benedito Albuquerque da Silva (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Ozeni de Souza Oliveira (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Sandro Aparecido Lima dos Santos (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Dr. Michel Constantino de Oliveira (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

Dr. Reginaldo Brito da Costa (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB)

*E-mail: ba.silva@terra.com.br, ozenisouzaoliveira@gmail.com, sandrolima.s@uol.com.br,
michel@ucdb.br, reg.brito.costa@gmail.com*

RESUMO: A fome ainda é um dos problemas no mundo contemporâneo constituindo-se em um problema de segurança alimentar. Porém, o grande problema da fome não é exclusivamente a falta de alimentos, mas sim, o preço desses alimentos. Partindo dessa concepção, o artigo utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica com objetivo de analisar as implicações econômicas da cesta básica. As pesquisas revelam que o impacto dos aumentos crescentes de preços dos elementos componentes da cesta básica em nível global, configura-se em um atraso ao progresso que tem sido feito em vários países em busca do alcance do nível desejável de segurança alimentar, ou seja, os impactos econômicos da cesta básica não ficam restritos apenas aos índices inflacionários, mas também, a um amplo contexto sócio-econômico e cultural das famílias. Em conclusão, no Brasil, a cesta básica é definida por decreto e, devido a esse fato, tais itens que a compõem são utilizados como parâmetro para definir o aumento do custo de vida no país, pois também compõe o Índice Geral de Preços Médios, que mede a inflação oficial brasileira. Ela também é parâmetro para aumento do Salário Mínimo Nacional e, tem também influências sociais, tais como: moradia, lazer, educação, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Cesta Básica, Inflação, Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

Na última década, o Brasil ganhou relativo destaque no cenário mundial, tanto no aspecto econômico quanto social, em função das políticas de erradicação da fome, tais como o programa “Bolsa Família”. Em função dessas políticas, na última reunião da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, realizada em 2009, recebeu da *Actionaid*, um prêmio pelo combate à fome, destacando-se como primeiro colocado entre 29 países em desenvolvimento.

Segundo a FAO (2015), variações drásticas nos preços dos alimentos, em especial a alta de preços, representam uma séria ameaça para a segurança alimentar dos países em desenvolvimento. As populações carentes são as mais seriamente atingidas. De acordo com o Banco Mundial, entre 2010 e 2011, o aumento do preço dos alimentos deixou quase 70 milhões de pessoas na pobreza extrema.

Para Sen (2000, p. 188), o fenômeno fome não diz respeito ao descompasso entre crescimento populacional e produção de alimentos, pois [...] uma pessoa pode ser forçada a passar fome havendo abundância de alimentos no mercado, devido a uma perda de renda. Essa perda ou diminuição do poder de compra está fundamentalmente associada à elevação dos preços de produtos essenciais, principalmente alimentação. Isso ocorre, quando grande parte da população não possui renda suficiente para atender às necessidades básicas. Neste sentido, a base da remuneração mínima para o atendimento a essas necessidades é, no Brasil, o salário mínimo fixado pelo governo, ou seja, a cesta básica influencia a elaboração de políticas públicas.

Portanto, sempre ganham relevância e destaque os estudos que permitam compreender como eventos de ordem macroeconômica mundial, como crises dos alimentos e financeiras, que influenciam no comportamento dos preços dos alimentos da cesta básica. Tais análises podem subsidiar a definição de políticas públicas que melhorem a condição de vida tanto do produtor rural como da população mais carente, que depende a maior parte de sua renda no consumo de alimentos.

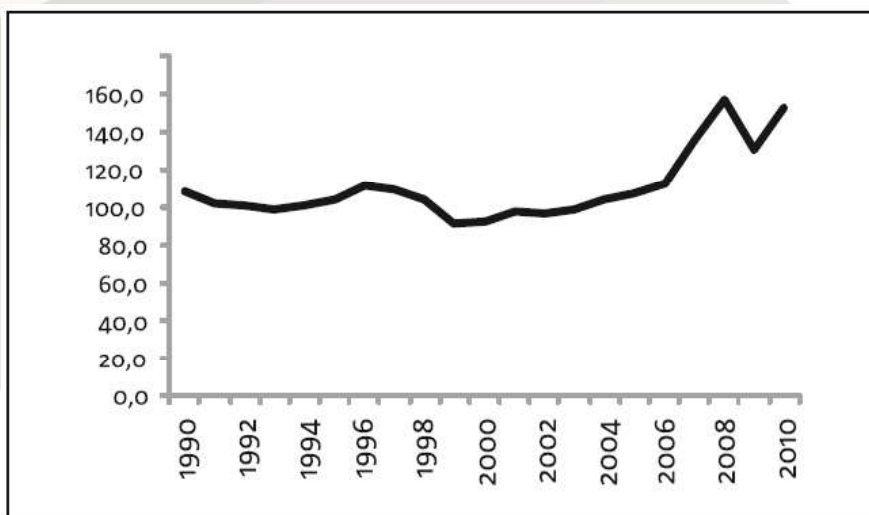
Sen (2000) defende ainda que a fome é inaceitável e, tomando isso como verdade e de extrema relevância, é que se partiu para analisar o comportamento do custo dos alimentos básicos, em um cenário mundial de crises dos alimentos e financeira e seus reflexos econômicos.

Nesse contexto é que esta pesquisa propõe, diante de um levantamento bibliográfico sobre o assunto, analisar o impacto econômico da cesta básica, com vistas a demonstrar o que pode influenciar economicamente o seu preço, bem como, o que ela influencia, para tanto, utilizar-se-á a metodologia de pesquisa bibliográfica.

A CESTA BÁSICA E OS IMPACTOS ECONÔMICOS

Andrade *et al.* (2011) afirmam que em 2007, diversos organismos internacionais, dentre eles a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), começaram a alertar sobre o cenário de preços elevados dos alimentos na maioria dos países, motivado por fatores de maior complexidade, o que se caracterizava como uma crise mundial dos alimentos. De 2006 a 2007, o índice dos preços dos alimentos aumentou 25,8%; de 2007 a 2008, 24%; em 2008 esse índice foi 56% superior ao de 2006 (FAO, 2010).

Gráfico 1 - Índice anual deflacionado do preço mundial dos alimentos – 1990-2010



Fonte: Elaborado com base em dados da FAOSTAT (2010). In Andrade et al (2011) p.5

Os preços dos itens da cesta básica constituem-se em importantes fatores para garantir a segurança alimentar, sobretudo quando se trata de países em desenvolvimento.

As mudanças climáticas, aumento da demanda pelos biocombustíveis e oscilações na taxa de câmbio são fatores que influenciam o preço dos elementos que compõem a cesta básica. De maneira geral, a resposta dos produtores a alterações de preço ocorre em função da expectativa e do comportamento do mercado.

Em janeiro de 1959, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015) começou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo. A partir dos preços coletados mensalmente para o cálculo do ICV e também dos treze produtos básicos, com as respectivas quantidades apresentadas no Decreto Lei 399, passou-se a acompanhar o custo mensal da Cesta Básica de Alimentos, desde aquela data.

Atualmente, o Dieese realiza a pesquisa da cesta básica em 18 capitais brasileiras. A pesquisa acompanha mensalmente a evolução dos preços dos mesmos treze produtos alimentícios, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Este mesmo cálculo, realizado em várias capitais do país, torna possível compará-los entre si e observar as variações regionais do custo da ração, estabelecida como mínima para um adulto repor suas energias gastas durante um mês de trabalho, na reposição necessária de energia no organismo.

Certamente que se defende que essa lista, chamada Cesta Básica Nacional, seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região, como mostra a Tabela 1, na sequência.

TABELA 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 Kg	4,5 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg	4,5 Kg
Arroz	3,0 Kg	3,6 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Farinha	1,5 Kg	3,0 Kg	1,5 Kg	1,5 Kg
Batata	6,0 Kg	-	6,0 Kg	6,0 Kg
Legumes (tomate)	9,0 Kg	12,0 Kg	9,0 Kg	9,0 Kg
Pão francês	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg	6,0 Kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg	3,0 Kg
Banha (óleo)	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 Kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Vidal (2014)

Conforme o Decreto Lei 399 de 1938, as regiões são compostas pelos estados conforme abaixo elencados, justificando-se que a escolha se dá pela presença do escritório regional do órgão nesses estados.

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além de estabelecer a composição da cesta básica, o Decreto estabelece também as regiões e os estados que o compõem, para fins de cálculo e coleta tanto de preços, quanto da quantidade de alimentos necessários para a sobrevivência do indivíduo considerado no cálculo. A Cesta normal representa uma média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

A cesta básica é um dos principais indicadores utilizados para monitorar a evolução dos preços dos itens essenciais ao consumo das famílias, mas também é um índice importante para medir o desempenho da economia do país, tanto que o DIEESE publica mensalmente o ICV – Índice do Custo de Vida, com base na variação do preço da cesta básica, nas regiões definidas pelo Decreto Lei 399 e, a média nacional.

Considerando o plano real como marco, uma vez que com ele houve a relativa estabilização da economia brasileira, entre a edição do Plano Real e a atualidade, verifica-se um aumento significativo no preço dos itens que compõem a cesta básica.



Figura 1 – Variação % nos alimentos que compõem a cesta básica nos meses de jul/94 e jun/14.
Fonte: DIEESE (2015).

O quadro acima revela que em junho de 2014, as variações percentuais nos preços dos alimentos foram muito superiores à ocorrida em julho de 1994 (início do plano real). Entre outras causas, uma delas é o início do período recessivo pelo qual o Brasil passa na atualidade.

Quadro 1 - Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
1994		
Dezembro	R\$ 70,00	R\$ 728,90
Novembro	R\$ 70,00	R\$ 744,25
Outubro	R\$ 70,00	R\$ 740,83
Setembro	R\$ 70,00	R\$ 695,64
Agosto	R\$ 64,79	R\$ 645,53
Julho	R\$ 64,79	R\$ 590,33

Fonte: DIEESE (2016).

No quadro 1 é verificada a evolução do salário mínimo nominal no ano de 1994 (ano em que foi instituído o plano real), em comparação com o salário mínimo que seria necessário para se viver decentemente, tendo uma qualidade de vida com as garantias mínimas de sobrevivência, para uma família composta por 04 (quatro) pessoas.

Em análise ao quadro, constata-se que seriam necessários 9,11 salários mínimos vigente à época, ressalta-se que, essa informação tem como base o ICV divulgado mensalmente pelo DIEESE.

Quadro 2 - Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2015		
Outubro	R\$ 788,00	R\$ 3.210,28
Setembro	R\$ 788,00	R\$ 3.240,27
Agosto	R\$ 788,00	R\$ 3.258,16
Julho	R\$ 788,00	R\$ 3.325,37
Junho	R\$ 788,00	R\$ 3.299,66
Maiο	R\$ 788,00	R\$ 3.377,62
Abril	R\$ 788,00	R\$ 3.251,61
Março	R\$ 788,00	R\$ 3.186,92
Fevereiro	R\$ 788,00	R\$ 3.182,81
Janeiro	R\$ 788,00	R\$ 3.118,62

Fonte: DIEESE (2016).

Com os dados atuais do Salário Mínimo e comparando-o com o custo da cesta básica nacional, verifica-se que em outubro 2015, eram necessários 4,07 salários mínimos para manter um padrão de vida qualidade. Isso mostra um aumento do poder de ganho do povo brasileiro, mas, um fato chama a atenção: em Janeiro 2015, eram necessários 3,96 salários mínimos, o que revela que somente em 2015, o aumento em quantidade de salários mínimos, que reflete o aumento no preço dos itens que compõe a cesta básica e contribui para a melhoria da manutenção da qualidade mínima de vida, aumentou aproximadamente 2,78%, o que é uma variação baixa, se comparada com a inflação real no mesmo período, em função da crise financeira pela qual passa o país.

Quadro 3 - Salário mínimo necessário para comprar a Cesta Básica de Alimentos 2016

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2016		
Julho	R\$ 880,00	R\$ 3.992,75
Junho	R\$ 880,00	R\$ 3.940,24
Maiο	R\$ 880,00	R\$ 3.777,93
Abril	R\$ 880,00	R\$ 3.716,77
Março	R\$ 880,00	R\$ 3.736,26

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Fevereiro	R\$ 880,00	R\$ 3.725,01
Janeiro	R\$ 880,00	R\$ 3.795,24

Fonte: DIEESE (2016).

Com a recessão econômica pela qual passa o Brasil, em estudo publicado pelo DIEESE, conforme pode ser observado no quadro 3, até o mês Julho 2016, o valor do Salário Mínimo necessário para pagar a cesta básica, chegou à quase R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o que representa, de janeiro à Julho 2016, um aumento na ordem de 5,20%, com tendência de aumentar ainda mais.

A FAO calcula O Índice de Preços FAO *Food* que é uma medida da variação mensal dos preços internacionais de uma cesta de *commodities* alimentares (milho, arroz). Ele consiste de uma média dos cinco índices de preços do grupo de *commodities*, ponderada com as ações médias de exportação de cada um dos grupos.

Desde a Conferência de Alto Nível da FAO em junho de 2008, a situação alimentar mundial tem sido afetada pela queda dos preços internacionais das *commodities* e global financeira e econômica crise. Os preços mundiais das principais *commodities* agrícolas caíram durante o segundo semestre de 2008, parcialmente por causa do aumento dos níveis de produção, redução para metade dos preços do petróleo bruto do mundo, a crise financeira e da valorização do dólar norte-americano. No entanto, os preços continuam altos em relação aos anos anteriores e espera-se para a maioria das culturas que vai permanecer assim até 2015, resultado de contínuos altos custos de energia, a expansão da indústria de biocombustíveis e o aumento da demanda de economias emergentes.

No entanto a maior parte do aumento na produção tem sido nos países desenvolvidos. Embora as medidas políticas (comprovantes de entrada e subsídios, crédito, redução de impostos de importação, isenção de produtores de impostos, compra governamental ou de apoio governamental preço) resultaram em um aumento significativo na produção de alimentos em alguns países (por exemplo milho no Malawi, arroz em Burkina), para muitos, o impacto líquido do aumento dos preços de insumos em um contexto de quedas de preços sobre os preços resultou em pouco impulso significativo para a produção de alimentos de pequenos agricultores em nível global.

A FAO (2015) considera que a produção em países em desenvolvimento diminuiu ligeiramente (excluindo o Brasil, Índia e China). Com o declínio súbito dos preços dos alimentos, altos custos de entrada e a crise de crédito, os agricultores reduziram as plantações e os primeiros sinais de reduções já foram evidenciados que voltará a aumentar a pressão sobre o abastecimento de alimentos do mundo e evocar maior instabilidade de preços e volatilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cenários de crises como a dos alimentos ocorrida em 2007/2008 e a financeira mundial que apresentou seus principais sintomas em 2008 e ainda está presente, causam grande insegurança e preocupação, principalmente para a população mais carente, em razão do aumento da fome e, conseqüentemente do crescimento da pobreza e da miséria.

Conclui-se que este quadro provoca mais e mais pobreza, fome e miséria, e, com ela vem a insegurança alimentar, especialmente em economias que apresentam cenários mais adversos quando submetidos a conjunturas de crise.

Pode-se inferir que a crise dos alimentos afetou direta ou indiretamente o comportamento dos preços dos itens da cesta básica no Brasil, agravando a pobreza.

O impacto da crise financeira sobre os movimentos dos preços dos alimentos da cesta básica é menor quando comparado a fatores climáticos, mesmo assim, quando ocorrem reduções de preços dos produtos agrícolas, interna e/ou externamente, podem gerar expectativas pessimistas dos produtores e provocar mais reduções de oferta, resultando em pressão altista sobre os preços.

O que tudo isso provoca? Mais e mais pobreza, fome e miséria, conseqüentemente, insegurança alimentar, especialmente em economias que apresentem cenários mais adversos quando submetidos a conjunturas de crise.

O governo brasileiro busca meios extremos para conter o aumento dos itens que compõem a cesta básica, a saber:

- a) Em 2003, ele tomou a medida de desonerar a Cesta Básica, reduzindo a tributação sobre os elementos que a compõem. Porém, tal desoneração como confirmada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), não teve impacto algum sobre a inflação. Apesar de desonerados, os preços dos produtos da cesta básica acompanharam as flutuações observadas nos mercados interno e externos durante o ano e, no saldo até o final de 2003, tiveram impacto nulo no Índice de preços ao consumidor semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, diz FGV segundo Motta, para o jornal Valor Econômico (www.valor.com.br, 2003).
- b) Vinculação do índice de preços da cesta básica como um dos elementos que compõe o índice de cálculo do reajuste do salário mínimo nacional.

É também passível de concluir que o poder crescente das empresas na agricultura levou a constante aumento dos preços dos alimentos básicos, como carne, leite e ovos, enquanto a participação do agricultor familiar caiu.

Os impactos econômicos da cesta básica, não afetam apenas os preços e a economia em geral. Segundo a FAO (2010), os aumentos no custo dos alimentos muitas vezes levam a mudanças na quantidade e tipo de alimentos que são comprados. Isto pode resultar em uma redução nas quantidades de alimentos consumidos e/ou substituição de alimentos com preços mais elevados para os alimentos menos caros que muitas vezes são menos nutritivos que podem trazer consequências negativas para a nutrição, o que pode afetar a saúde do trabalhador e o desenvolvimento saudável da criança.

Outro impacto econômico da Cesta Básica, quando esta tem aumentos crescentes de preços é que, com maiores gastos com itens de alimentos provavelmente irá também levar a uma diminuição nos gastos com serviços essenciais (por exemplo, despesas de saúde, mensalidades escolares), que podem ter efeitos nocivos imediatos e de longo prazo sobre o crescimento de crianças pequenas.

Enfim, o impacto dos aumentos crescentes de preços dos elementos componentes da cesta básica em nível global, configura-se em um atraso ao progresso que tem sido feito em vários países em busca do alcance do nível desejável de segurança alimentar, ou seja, os impactos econômicos da cesta básica não ficam restritos apenas aos índices inflacionários, mas também, a um amplo contexto socioeconômico e cultural das famílias.

Em conclusão, no Brasil, a cesta básica é definida por decreto e, devido a esse fato, tais itens que a compõem são utilizados como parâmetro para definir o aumento do custo de vida no país, pois também compõe o Índice Geral de Preços Médios, que mede a inflação oficial brasileira. Ela também é parâmetro para aumento do Salário Mínimo Nacional e, tem também influências sociais, tais como: moradia, lazer, educação, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah Farias. Segurança alimentar: uma análise do comportamento dos preços dos itens da cesta básica. **Revista Desenbahia** nº 14 / mar. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADACEPEA. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 16 ago.2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. **Boletim**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201511cestabasica.pdf>. Acesso em: 16 ago.2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Cesta Básica Nacional. Salário mínimo nominal e necessário (2016)**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 15 ago.2016.

MACEDO, Anselmo Silva de. Estudo do impacto inflacionário sobre a cesta básica da favela do sabão. Ciências Sociais Aplicadas - 3. Economia - 1. Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. **61ª reunião anual da SBPC – UFAM (2009)**. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos/resumos/6162.htm>. Acesso em: 10 ago.2016.

MOTA, Camila Veras. Desoneração da cesta básica teve impacto nulo na inflação, diz FGV. **Homepage do Jornal Valor Econômico**. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/3359366/desoneracao-da-cesta-basica-teve-impacto-nulo-na-inflacao-diz-fgv> (2013). Acesso em: 07 ago.2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **FAO Food Price Index**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>. Acesso em: 22 jul.2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Forte aumento do índice de preços dos alimentos da FAO(2015)**. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/219087/icode/>. Acesso em: 23 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **The State of Food Insecurity in the World. Addressing food insecurity in protracted crises (2010)**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf>. Acesso em: 15 dez.2015.

THOMPSON, Brian. **Impact of the Financial and Economic Crisis on Nutrition – Policy and ProgrammeFao** - Senior Nutrition Officer 2009.

VIDAL, Antônio Ricardo Norões *et al.* Proposta de metodologia para o cálculo da cesta básica regional. BNB Conjuntura Econômica no. 41 – **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE**. 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.